

Apresentação: direitos, responsabilidades públicas e sociais

Ana Maria Quiroga

Direitos e responsabilidades sociais constituem um binômio que percorre o pensamento social e político, referenciando paradigmas e fundamentando perspectivas frequentemente opostas, de condução política. Além disso, direitos, responsabilidades públicas e sociais correspondem a projetos político-sociais diferenciados, onde os primeiros remeteriam a compromissos inseridos na estrutura sócio-jurídica e, portanto, à esfera do Estado; e as últimas, à esfera da sociedade civil.

A experiência brasileira recente é exemplar na manifestação dessas duas perspectivas de articulação entre direitos e responsabilidades. Nos anos 1980, a mobilização em torno da redemocratização do país representou uma experiência, tanto de retomada dos direitos sociais bloqueados durante o período autoritário, como também de ampliação e incorporação à esfera das responsabilidades públicas, de novos segmentos da sociedade nacional. Desta forma, durante a década de 1980 e, mais especificamente, em sua segunda metade (que culmina com a promulgação da Constituição de 1988), a sociedade brasileira viveu uma hegemonia da perspectiva democratizante de construção e expansão de cidadania. Esta não reivindicava apenas a reposição de regulações suprimidas no período anterior ou o desenho de novas provisões legais abstratas. A proposta de cidadania presente na agenda pública da década de 1980 envolveu a criação de novos direitos surgidos de lutas específicas pelas quais os sujeitos sociais demandavam seu reconhecimento, afirmando também novos valores e concepções acerca de seu lugar na sociedade e dos ideais de igualdade e justiça que desejavam construir.

Obviamente tais propostas implicavam a reconstrução do processo democrá-



tico no país onde não apenas os direitos, mas novas formas de participação da sociedade, no âmbito do poder do Estado, foram reivindicadas e consagradas em diferentes esferas e setores. São configurados e instituídos por lei, novos espaços públicos como conselhos gestores de políticas, construídas experiências de descentralização e orçamentos participativos numa aposta de ampliação e aprofundamento do processo democrático.

Se toda essa efervescência crítica e participativa de reconstrução de direitos e definição de responsabilidades públicas marcou o período da redemocratização, a década posterior –os anos 1990– vai viver o crescimento e a hegemonia de processos políticos contrários.

O ajuste neo-liberal articulado a um projeto de "Estado Mínimo" propõe uma progressiva redução das responsabilidades públicas na garantia de efetivação de direitos históricos (e recém consagrados), além da ampliação das chamadas "responsabilidades sociais", para as quais são convocadas diferentes esferas da sociedade civil. Para essa reversão convergiram diferentes processos: as profundas transformações na divisão internacional do trabalho; as reestruturações produtivas globalizadas; as imposições políticas do projeto neo-liberal e suas exigências de reforma do Estado e desregulamentação de instituições nacionais. Se de um lado tais processos foram fruto de injunções e pressões externas, de outro, vontades e interesses econômico-políticos internos atuaram como "coadjuvantes fundamentais" das mudanças.

A rigor, o que se seguiu à redemocratização e à reconstrução do Estado de Direito no Brasil, foram enormes deslocamentos, re-significações e desmontagens de históricas bandeiras e conquistas político-sociais. A desqualificação do Estado, considerado como ineficiente; a mercantilização dos direitos pela transferência para a iniciativa privada de garantias, serviços e benefícios sociais ligados à educação, saúde, previdência social e a desmontagem de iniciativas públicas de assistência social, foram algumas das dimensões implementadas na realidade nacional, a partir do alvorecer dos anos 1990.

A redefinição da noção de sociedade civil com uma concentração, cada vez mais relacionada ao mercado, às ONGs, às fundações empresariais e outras organizações do chamado Terceiro Setor e a progressiva marginalização dos

movimentos sociais foram também fenômenos que, sendo igualmente mundiais, ganharam terreno no contexto brasileiro.

Além disso, o substrato político-cultural, historicamente internalizado em práticas sociais filantrópicas e caritativas, tão questionado e rejeitado como reprodutor de relações tuteladas e não-cidadãs, volta à cena, obviamente re-significado e redefinido sob formas modernizadas de ação social junto aos mais pobres. Para esses, eram inviáveis as soluções privatizadas e mercantis, mesmo porque, como consumidores absolutamente precários, não teriam como acessá-las. Para eles, permaneceriam tanto a atuação das esferas religiosas como as iniciativas civis, orientadas pelos ideários das responsabilidades sociais.

Aqui emerge um complexo conjunto de atores e organizações que, aglutinados em torno de diferenciadas motivações, e tendo horizontes de atuação diversa, têm como pontos comuns a despolíticação das demandas, a redução (não retórica, mas real) dos direitos e a re-instalação de tutelas filantrópicas, agora sob novas roupagens de gestão técnica da ação social.

O conjunto de artigos reunidos neste número da revista *O Social em Questão* aborda diferentes dimensões desses processos na realidade brasileira contemporânea, cujas pretensões de inclusão e igualdade construídas pelo projeto democrático se vêem confrontadas e corroídas, tanto por interesses econômicos e políticos que as rejeitam, como pela brutal desigualdade social do país que insiste em manter significativas camadas da população em condição de uma sub-cidadania.

O primeiro artigo, de Isabel Cristina da Costa Cardoso, analisa as "transformações do direito ao trabalho e do direito à cidade na experiência urbana da cidade do Rio de Janeiro", discutindo a concepção e as regulações da cidade em seus vínculos com o trabalho urbano. Analisa a perspectiva de "cidade-empresa" adotada no município do Rio de Janeiro, através do "procedimento técnico do planejamento estratégico", onde os trabalhadores pobres, na condição de consumidores insolventes, não podem consumir a "nova-mercadoria-cidade" nem os produtos que a mesma coloca em circulação. Além disso, as políticas de trabalho e renda e os programas de urbanização de favelas constroem um tipo de integração subalternizada, travestida de um discurso democrático e participativo de valorização da cultura local e empreendedora dos pobres. Esses têm suas precárias

condições de trabalho e vida re-semantizadas através da categoria do "empreendedorismo". Desta forma, articulam-se práticas de regulação do trabalho (sem emprego) dentro dos estreitos limites das práticas de regulação empreendedora da cidade, configurando-se um "vazio de direitos" e de debate público democrático.

O artigo de Alejandra Pastorini, "A desconstrução dos direitos sociais na seguridade social brasileira" realiza uma reflexão sobre as mudanças que se deram no âmbito da seguridade social, nos últimos anos, exemplificando, de forma nítida, os diferentes processos apontados anteriormente. Nele são analisadas, as trajetórias das concepções de proteção social que fundamentaram o modelo de seguridade social adotado na constituição de 1988; as tensões e fragmentações que se seguiram nas relações entre a assistência e a previdência social, e as divisões de responsabilidades entre o setor público e o privado na proteção social dos brasileiros. Analisa finalmente o novo modelo assumido pelas ações assistenciais no Brasil, com ênfase nos programas de transferência de renda, onde se configura um diferencial significativo entre "garantir um direito ou garantir uma renda" bem como a criação de uma nova categoria de "trabalhadores desprotegidos" que não são alvo da previdência, por não serem contribuintes nem alvo dos programas assistenciais, uma vez que escapam de seus rígidos critérios de elegibilidade.

O trabalho de Ângela Neves, "Direito à participação: desafios dos espaços públicos na cultura política brasileira" discute os desdobramentos e os obstáculos à perspectiva democratizante através do exame de uma experiência de gestão compartilhada entre governo e sociedade civil –o Orçamento Participativo. Nesta experiência, as tensões geradas pelas disputas entre a estrutura formal de representação (os vereadores) e novos representantes da sociedade civil, as resistências advindas da cultura política local, hegemônica pela lógica do favor, bem como as ameaças advindas do surgimento de novas lideranças, abreviaram o período de vida de experiência de democracia participativa no município analisado.

Há trabalhos que abordam a esfera das responsabilidades sociais, como o artigo de Paola Cappelin e Raquel Giffoni que analisa "os percursos da adoção da responsabilidade social das empresas" em dois espaços internacionais: os

EEUU e a União Européia. O estudo destes dois contextos indica as pressões sociais que incidem sobre as empresas e corporações no sentido de "colocar certos limites" à autonomia de uma atuação unicamente centrada nos interesses corporativos. Esse trabalho indica também que os movimentos do capital não se dão "num espaço sem atritos e sem necessidade de concessões" apesar da força de sua influência na dinâmica interna das diferentes realidades. Analisando as décadas de 1960/70 nos EEUU, no que diz respeito às mobilizações em torno dos direitos civis e à luta anti-guerra do Vietnam, bem como as pressões desencadeadas na União Européia, por regulações sociais aos comportamentos empresariais, num período mais recente, esse trabalho amplia a perspectiva de entendimento da adoção do lema da responsabilidade social como fruto apenas da influência neo-liberal, valorizando igualmente o poder das vontades políticas e sociais dos movimentos internos das sociedades nacionais.

O texto de Nina Saroldi, "Conversando sobre responsabilidade social e os valores do capitalismo atual", relaciona o movimento de responsabilidade social empresarial à expansão e socialização de valores éticos na atual fase do capitalismo, quando este, sem opositores significativos, configura-se num (quase) pensamento único. Partindo dos limites atingidos pela economia de mercado, ao nível mundial (degradação da natureza, escassez de recursos naturais renováveis, aumento do desemprego, aumento da violência e da crueldade, propagação endêmica de doenças psíquicas relacionadas ao medo e à insegurança, etc.) este artigo, como o anterior, indica as pressões que vêm sendo construídas no sentido da criação de medidas de uma maior responsabilidade, dentro e fora, das empresas. Neste sentido, é focado o caso brasileiro, indicando as instituições que, principalmente nas duas últimas décadas, vêm socializando as idéias e ideologias da responsabilidade social corporativa e os limites de suas pretensões éticas de projetar melhorias para a vida humana coletiva.

O terceiro texto relacionado às responsabilidades sociais foi elaborado por Delma Pessanha Neves e se intitula "Vitimização e tutela filantrópica". Tendo como base empírica estudos de diferentes instituições assistenciais, a autora analisa tanto as novas modalidades e ideários em torno do trabalho voluntário junto a grupos sociais extremamente fragilizados, como a permanência de práticas soci-

ais e sistema de valores recorrentes na tradição filantrópica. Neste sentido, o trabalho enfatiza a captação e explicitação das lógicas que comandam tanto os indivíduos inseridos em ações do voluntariado, como os saberes acumulados (e as éticas construídas) pelos usuários de suas ações sociais. Na verdade, é fundamental o conhecimento deste substrato cultural que permanece, ou resiste, apesar da politização e das propostas de mudança havidas na sociedade brasileira, no sentido de tornar a assistência social uma questão de direitos e uma responsabilidade pública. Tais lógicas, extremamente internalizadas, correm o perigo de permanecer, mesmo através das políticas públicas e da ação estatal, reafirmando a perspectiva gramsciana, segundo a qual, as mudanças políticas exigem igualmente mudanças culturais e morais na esfera da sociedade.

Para concluir, é preciso fazer referência às duas resenhas aqui apresentadas: a primeira elaborada por Gian Mario Giuliani relaciona-se à obra do sociólogo italiano Luciano Gallino, *L'impresa irresponsabile*, publicada na Itália, em 2005. O autor da resenha analisa o "poder de sedução" representado pelo lema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ideário assumido por um número relativamente reduzido dentre as grandes empresas e corporações. Expressa suas dúvidas em relação a "seu potencial de eficácia em direcionar o comportamento das empresas para o respeito às leis, aos princípios éticos e à qualidade do trabalho". Segundo o autor resenhado,

... é justamente no reino das grandes empresas que acontecem os maiores escândalos societários e financeiros; que se acentua a erosão dos direitos dos trabalhadores; que se submetem os funcionários nas filiais no exterior a péssimas condições de trabalho; que se precariza o mercado de trabalho; que aumenta vertiginosamente a desigualdade de renda entre trabalhadores e dirigentes; que se constroem plantas industriais perigosas; que se transferem indústrias em países com mão-de-obra mais barata desempregando milhares de trabalhadores; que se polui em grande escala ar, água e solo; que se força a produção de alimentos transgênicos e que se desqualifica o princípio da precaução.

Além disso, é registrada a coincidência entre o aumento das denúncias e processos movidos contra grandes empresas e a crescente difusão dos discursos sobre a RSE o que "qualificaria sua natureza como mais ideológica que prática".

A segunda resenha, intitulada "Uma etnografia na Lapa - fragmento, montagem e sentido social" de Leilah Landim, faz uma leitura das diferentes questões, polaridades e ambigüidades trazidas pelos trabalhos etnográficos de Hélio Silva publicados no livro *Travestis entre o espelho e a rua* (Rocco, 2007). Estigmatizados como "bizarros e raros" mesmo dentro do próprio contexto dos estigmatizados, os travestis, segundo o autor, "saíram da órbita do espelho para se tornarem personagens com inscrição social reconhecida, contando com um lugar entre os seres das cidades por onde circulam". A resenha destaca não só os desafios do trabalho etnográfico de aproximação e desvendamento destes grupos, cuja proximidade "nunca chega à familiaridade" nem "reduz a distância simbólica", como também os desafios da reconstrução e sistematização teóricas a partir de falas, relatos e histórias contadas e presenciadas.

Finalmente, destacaríamos que o conjunto de textos aqui reunidos foi fruto de debates realizados no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio durante o ano de 2007. Os três primeiros, relacionados a diferentes esferas dos direitos sociais, foram apresentados em maio de 2007, durante as comemorações da Semana do Assistente Social. Os demais artigos, relacionados às responsabilidades sociais, foram propostos em um encontro entre pesquisadores, realizado em abril do mesmo ano. Este encontro, que teve como tema geral a "Responsabilidade social: diferenciações e aproximações com a tradição filantrópica no Brasil" reuniu alunos e docentes de diferentes instituições acadêmicas, que vêm pesquisando e refletindo acerca da temática sob diferentes ângulos, manifestados nos textos aqui reunidos.